



ATA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DA GERÊNCIA EXECUTIVA EM PASSO FUNDO/RS

Data: 07 de novembro de 2012.

Horário: 9h30

Local: Gerência Executiva do INSS Passo Fundo/RS – R. General Osório, 1244.

PRESENCAS

- Representantes do Governo

INSS - Adair Carlos Maciel - Presidente

INSS - João Adolfo Stangler – Titular

INSS - Marlise Vieira Melo de Araújo - Titular

INSS - Vanderson Luís Borges da Silva – Titular

- Representações dos Aposentados e Pensionistas

AAPPF – Ivo Pacheco – Titular

- Representações dos trabalhadores em atividade

Sindicato dos Metalúrgicos – Valdair Hansen - Titular

Sindicato dos Metalúrgicos – José Aílton Araújo – Suplente

SINTEE Norte/RS – Rogério Barbosa (convidado)

- Representações dos empregadores

SIMIA – Mário Wagner - Titular, representado por Vanessa F. Serafin (RH)

FARSUL – João Picoli – Suplente, representado por Diva Picoli

AUSÊNCIAS

INSS - Sérgio Pedro Werlang – Suplente

INSS - Elenice Martins Pauleto – Suplente

INSS - Rosmari Pfluger Grando – Suplente

INSS - Leandro Ribeiro Klein – Suplente

AAPPF – Tranquilo Bosa - Suplente

ATAPERS – Antônio Carlos de Oliveira - Titular

ATAPERS – Dóris Maria dos Santos Matté – Suplente

STIAEG – Claudia Regina Cerigolo - Titular

SINDUSCON – Sérgio Luiz Montipó- Suplente

SR – João Batista Fernandes da Silveira – Titular

STIAEG – Osmar Orestes Padilha – Suplente

I – ABERTURA

Presidindo a reunião, o Gerente-executivo, Sr. Adair Carlos Maciel abriu a 15ª Reunião Ordinária do Conselho de Previdência Social – CPS.

II – ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente cumprimentou os presentes, agradeceu a presença de todos, a secretária leu a ata e todos os que estavam presentes naquela reunião assinaram-na. Participaram, pela primeira vez da reunião o Sr. Rogério Barbosa, representando o SINTEE, convidado pelo conselheiro Aílton, e a Sra. Vanessa F. Serafin, representante do Sr. Mário Wagner. Por este motivo a secretária fez um rápido comentário sobre a abrangência da Gerência

executiva Passo Fundo. Informou que são 13 APS, atendendo 119 municípios, com uma população estimada de um milhão de habitantes. O Conselheiro Vanderson falou que são mais de 250.000 benefícios pagos por mês. O conselheiro Aílton manifestou que desconhecia alguns destes dados. O presidente do Conselho teceu comentários sobre os assuntos da ata anterior, ressaltando as novas mudanças. O INSS tem novo presidente, Sr. Lindolfo Neto de Oliveira Sales. Este assumiu no final de outubro deste ano. Outro assunto retomado foi o plano emergencial, onde algumas APS de nossa Superintendência chegaram a demorar mais de 90 dias entre a marcação e realização da perícia médica. Nossa Gerência executiva teve quatro APS no Plano Emergencial: Passo Fundo, Erechim, Carazinho e Getúlio Vargas. A situação já foi regularizada na maioria delas. O presidente afirmou que estamos nos aproximando de um período crítico, pois o recesso e as férias dos servidores poderão alongar o período de espera por serviços, em todos os setores do INSS. Ele também comunicou que os dois médicos peritos de Lagoa Vermelha, os que faltavam do último concurso, foram nomeados. Outro assunto bastante debatido foi a questão de segurados que residem em municípios que pertencem a outras regiões, tem vindo, com frequência, encaminhar benefícios em nossa gerência, fazendo aumentar o tempo de espera dos segurados que aqui residem. Como o INSS é um só, precisamos nos adaptar a esta realidade. Em seguida o Conselheiro Vanderson falou dos assuntos da pauta. O primeiro assunto foi o Fator Previdenciário que está na pauta da Câmara para ser votado entre 20 e 22 de novembro, segundo informações repassadas pela imprensa. Uma das possibilidades que está sendo estudada é a substituição do fator pela regra 85 e 95, para a mulher e para o homem respectivamente, outras mudanças serão avaliadas. A extinção do fator sem substituição de outro mecanismo causaria um forte impacto nas receitas da Previdência. O conselheiro Aílton alegou que os sindicatos estão mobilizados, acompanhando de perto todo o processo relativo as mudanças da Previdência Social, buscando a garantia da manutenção dos direitos, o que poderá ser pior para os cofres da Previdência, mas será mais benéfico para a sociedade. Outro assunto foi as alterações que estão sendo cogitadas para a pensão por morte. O conselheiro Vanderson falou como funciona a pensão hoje, em relação as quotas, que são revertidas para o(a) cônjuge, quando os dependentes atingem a maioridade. Segundo a secretária a pensão por morte concedida no Brasil é a mais benevolente do mundo. Em outros países se paga por um período determinado. A Sra. Vanessa reforçando esta proposta alegou que a própria justiça tem sido mais criteriosa ao conceder pensão alimentícia. O conselheiro Aílton concorda com a revisão destes critérios, já que em alguns casos há casais que vivem com 2 pensões e 2 aposentadorias, o conselheiro afirmou ainda que tudo o que o sistema puder fazer para moralizar, deveria fazê-lo. Já o Conselheiro Valdair questionou como ficam os trabalhadores que estão em benefício, realizam a perícia médica, tem alta do benefício e ao retornar para a empresa, esta não aceita o funcionário, alegando que ele não tem condições de retornar as suas atividades. O Presidente explicou que a perícia avalia a capacidade laborativa, há pessoas que estão doentes, mas não estão incapazes para o trabalho. Já o conselheiro Stangler afirmou que o médico da empresa deve emitir um laudo para ser encaminhado para o INSS, quando ele não identificar as condições de retorno. O Sr. Valdair afirmou que as empresas não tem emitido este laudo. Outro assunto abordado foi a

[illegible]